

IV SEMINÁRIO

TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
E NOVOS GESTORES MUNICIPAIS

Análise do Nível de Convergência e Consistência Contábil dos Municípios Pernambucanos - ICCpe

João Eudes Bezerra Filho (TCE-PE)

LEGISLAÇÃO VIGENTE

Orçamento e Contabilidade Pública

1964 - SANÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

1967 - Decreto-Lei 200/67 - Orçamento Programa

1988 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**1998 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19 -
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**



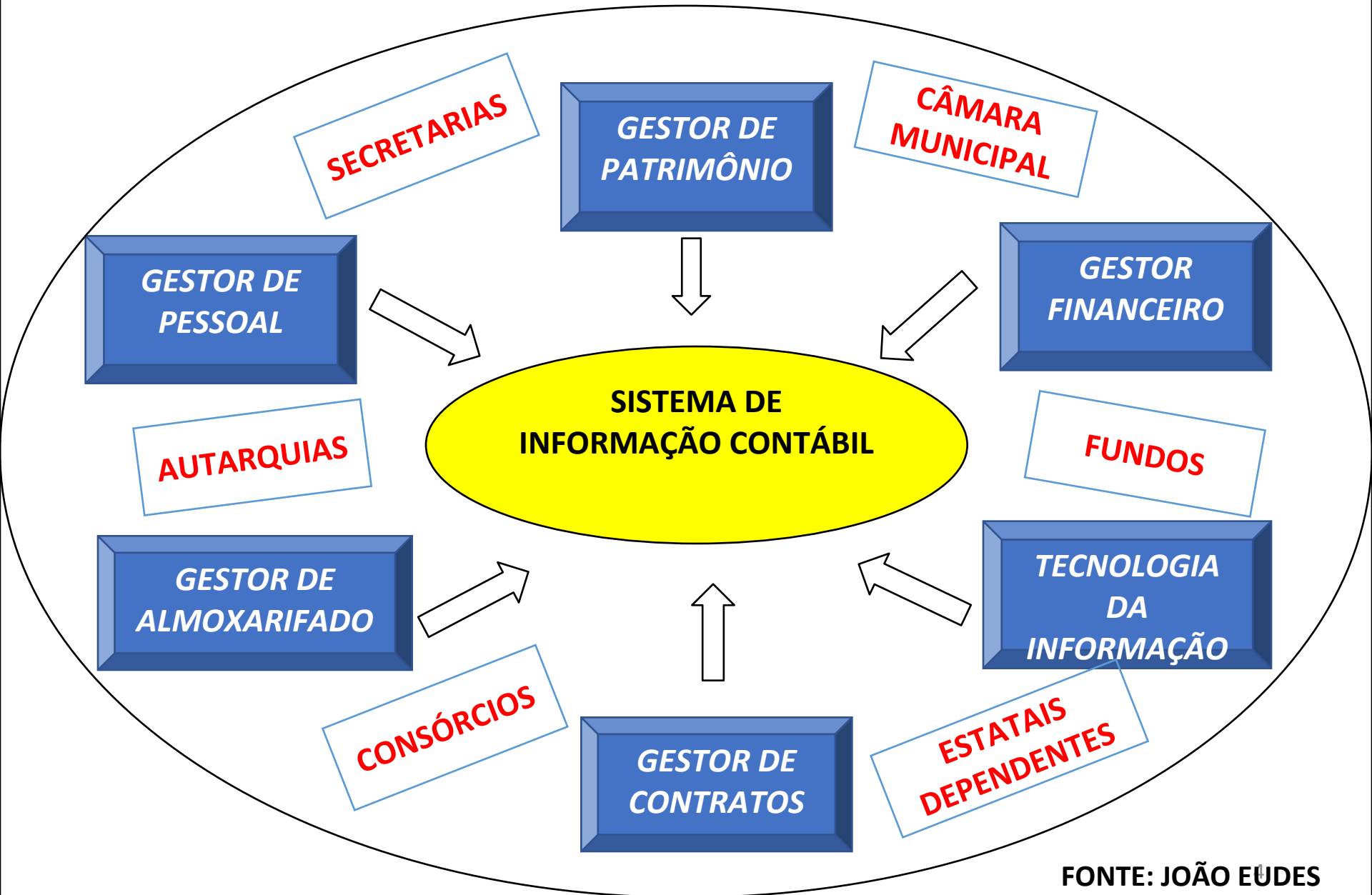
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 51 – disciplina a obrigatoriedade dos Prefeitos em elaborar as contas (demonstrações contábeis) para fins de consolidação e enviar à STN até 30 de abril.

Caso contrário poderão haver sanções como:

Impedimento de recebimento de convênios e realização de empréstimos.

INTEGRAÇÃO COM SEGMENTOS GERADORES DE INFORMAÇÕES QUE GERENCIAM RECURSOS NO ENTE





LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 50, §3º – disciplina a que a administração público deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

CUSTOS É UMA VARIÁVEL ASSOCIADA À EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Exemplo acompanhamento de política pública

Serviço de aplicação de vacinas contra o sarampo

Eficiência: número de vacinas aplicadas X **Custos do Serviço (\$\$)**
(está compatível com o valor justo de mercado ou custo padrão estabelecido).

Eficácia: alcance das metas de resultados planejados no ano período, em comparação com anos anteriores ou outro parâmetro.

Efetividade: redução do índice da doença e mortalidade da coletividade no médio prazo.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1831360-presos-custa-13-vezes-mais-do-que-estudante-diz-carmen-lucia.shtml

FOLHA DE S.PAULO

que você procura?

Preso custa 13 vezes mais do que estudante, diz Cármen Lúcia



DE BRASÍLIA
10/11/2016 21h37

Folha - cotidiano

A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), afirmou nesta quinta-feira (10) que um preso no país custa "13 vezes mais do que um estudante do ensino médio". "Um preso no Brasil custa R\$ 2.400 por mês e um estudante do ensino médio custa R\$ 2.200 por ano. Alguma coisa está errada na nossa pátria amada", disse Cármen Lúcia.

Pedro Ladeira/Folhapress



A ministra Carmen Lúcia durante sessão no Supremo Tribunal Federal

CUSTO DE UM PRESO
NO BRASIL:
R\$ 2.400,00 / Mês

CUSTO DE UM
ESTUDANTE NO BRASIL:
R\$ 2.200,00 / ANO

A ministra esteve de manhã em Goiânia para uma reunião com secretários estaduais de Segurança Pública e o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.



Pesquisar na Web e no Windows



2011- 2017

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - STN

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

7ª EDIÇÃO

Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios
Válido a partir do exercício de 2015

Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014
Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014

PARTE I: Procedimentos Contábeis Orçamentários

PARTE II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais

PARTE III: Procedimentos Contábeis Específicos

PARTE IV: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

**PARTE V: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor
Público**



CONTABILIDADE PÚBLICA

AVANÇOS / NOVAS DEMANDAS / DESAFIOS

CONTABILIZAÇÃO DE TEMAS NOVOS E ESPECÍFICOS

- **CONSÓRCIOS PÚBLICOS**
- **PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS – PPA**
- **REGIME DE PREVIDÊNCIAS PRÓPRIAS – RPPS**
- **ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR QUE GERENCIAM RECURSOS PÚBLICOS – OS, ONG, OSCIP, etc.**
- **OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (DÍVIDAS)**
- **CRÉDITOS A RECEBER (DIREITOS)**
- **PRECATÓRIOS**
- **FUNDEB**
- **ETC...**

CONTABILIDADE PÚBLICA

AVANÇOS / NOVAS DEMANDAS / DESAFIOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2009 – SUBSTITUTIVO DA LEI 4.320/64

- Plano Plurianual
- Diretrizes Orçamentárias
- Orçamento Anual
- Classificações das Receitas e Despesas Orçamentárias
- Fundos
- Contabilidade
- Controle, Custos e Avaliação

Desafio da Contabilidade Pública Brasileira

Convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS

Em 2016 já foram publicadas:

Estrutura Conceitual das IPSAS, **já publicada**

IPSAS 23 (receita de transações sem contraprestação); **já publicada, NBC TSP 01**

IPSAS 9 (receita de transações com contraprestação); **já publicada, NBC TSP 02**

IPSAS 19 (provisões, passivos e ativos contingentes); **já publicada, NBC TSP 03**

IPSAS 12 (estoques); **já publicada, NBC TSP 04**

IPSAS 32 (concessões e PPP); **já publicada, NBC TSP 04**



Desafio da Contabilidade Pública Brasileira

Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

Convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS

Até o final do primeiro semestre de 2018, serão convergidas mais 14 normas.

Até o final do primeiro semestre de 2021, serão convergidas as 13 IPSAS restantes.

IV SEMINÁRIO
TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
E NOVOS GESTORES MUNICIPAIS



↑
ICC PE

Índice de **Consistência e Convergência** Contábil
dos Municípios de Pernambuco

IV SEMINÁRIO
TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
E NOVOS GESTORES MUNICIPAIS

OBJETIVO: aferir o nível mínimo de confiabilidade das informações contábeis apresentadas pelos Entes jurisdicionados do TCE-PE, em suas prestações de contas, quanto à padronização e consistência contábil, que permita garantir fidelidade aos fenômenos orçamentários, financeiros e patrimoniais das transações escrituradas pelos segmentos de contabilidade desses Entes.



Índice de **Consistência e Convergência** Contábil
dos Municípios de Pernambuco



PADRÕES CONTÁBEIS INTERNACIONALIZADOS

- UNIFORMES (PCASP)

- **Aumento da qualidade da informação contábil;**
- **Melhor compreensão dos dados;**
- **Fácil avaliação e comparação de desempenho;**
- **Transparência e indutor do controle social**

HISTÓRICO DO ICC_{PE}

- **Dissertação de Mestrado: “Convergência às NBCASP e ao MCASP: Um estudo sobre os municípios pernambucanos em 2014” Ivaneide Braga (FUCAPE-ES, 2016);**
- **Capacitação da metodologia utilizada no TCE-PE;**
- **Formação de equipe para o levantamento do ICC_{PE}.**

HISTÓRICO DO ICC_{PE}

- conhecer o nível de convergência, consistência, segurança e fidelidade da informações contábeis apresentadas nas DCASPs;
- demonstrar os itens com maior dificuldade de atendimento pelos municípios;
- possibilitar a qualificação dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

METODOLOGIA do ICCPE

- **Determinação de 08 quesitos distribuídos em 51 itens de verificação;**
- **Avaliação e apuração de percentual de atendimento dos itens estabelecidos;**
- **Apresentação de um ranking municipal e disponibilização na internet a partir das contas de governo do exercício de 2015.**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ICC_{PE}

A avaliação dentro de uma escala estruturada de três pontos:

- (0) ponto** para o não atendimento do item;
- (1) ponto** para atendimento parcial;
- (2) pontos** para atendimento integral das exigências legais.

Obs: registro de justificativa para o não atendimento ou atendimento parcial.

LEVANTAMENTO DO ICC_{PE}

Totalização das Notas de Convergência e Consistência

RESULTADO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Itens

Peso

NCT*

QUESITOS ANALISADOS

51

194

1	Estrutura e forma de apresentação do Balanço Orçamentário	6	1,5	18
2	Estrutura e forma de apresentação do Balanço Financeiro	3	1,5	9
3	Estrutura e forma de apresentação do Balanço Patrimonial	8	1,5	24
4	Estrutura e forma de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais	5	1,5	15
5	Estrutura e forma de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa	3	1,5	9
6	Estrutura e forma das Notas Explicativas e Aspectos Gerais	7	1,5	21
7	Consistência entre as informações prestadas na PC eletrônica x SICONFI	8	2	32
8	Consistências dos Saldos dos Balanços	11	3	66

NÍVEIS DE GRADAÇÃO

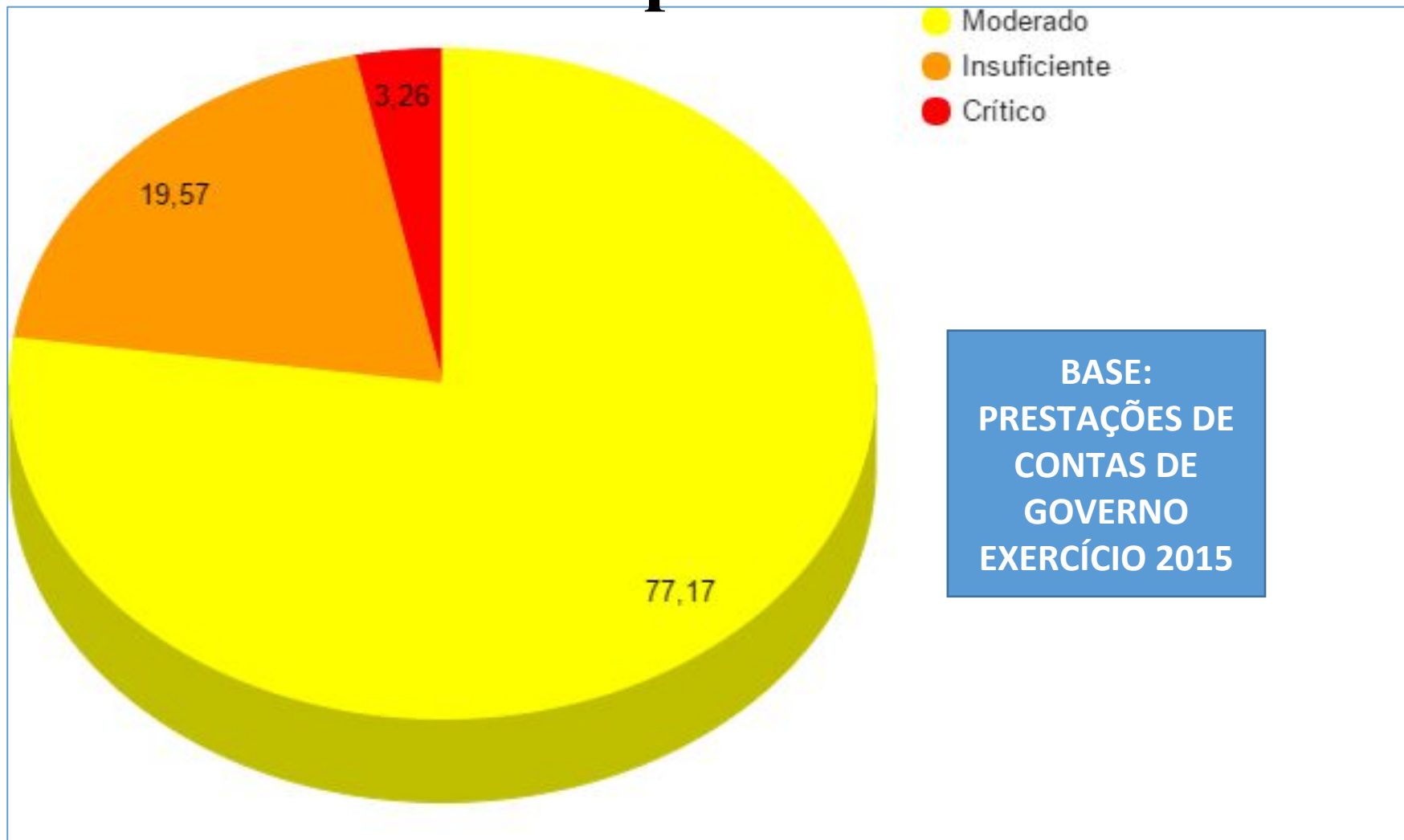
DE NOTAS DO ICC_{PE}

Pode variar de 0 a 194 pontos classificado em cinco níveis:

Nível do ICCpe	Intervalo
Desejado	100% atendimento
Aceitável	maior ou igual a 90% e abaixo de 100%
Moderado	maior ou igual a 70% e abaixo de 90%
Insuficiente	maior ou igual a 50% e abaixo de 70%
Crítico	menor que 50%

RESULTADO DO *ICCPE* - 2016

184 municípios analisados



RESULTADOS DO ICCPE - 2016

MUNICÍPIOS COM MAIORES ÍNDICES – RANKING 10+

Posição	Município	ICCPE 2016	Nível de Transparência
1º	Canhotinho	89,95%	Moderado
2º	Cupira	89,19%	Moderado
3º	São Joaquim do Monte	87,63%	Moderado
4º	Altinho	86,86%	Moderado
5º	Belo Jardim	86,08%	Moderado
5º	São Benedito do Sul	86,08%	Moderado
7º	Exu	85,31%	Moderado
7º	Lagoa dos Gatos	85,31%	Moderado
7º	Panelas	85,31%	Moderado
10º	Lagoa do Ouro	85,05%	Moderado

RESULTADOS DO ICCPE - 2016

MUNICÍPIOS COM MENORES ÍNDICES – RANKING 10 -

Posição	Município	ICCpe 2016
175º	CEDRO	54,38%
176º	QUIXABA	53,87%
177º	PALMERINA	52,84%
178º	CALÇADO	52,32%
179º	SERRITA	48,71%
180º	ILHA DE ITAMARACÁ	47,42%
181º	SÃO JOÃO	46,65%
182º	PARANATAMA	43,83%
183º	BREJINHO	25,52%

IV SEMINÁRIO
TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
E NOVOS GESTORES MUNICIPAIS

FOLDER
DO ICC_{PE}



Índice de **Consistência e Convergência** Contábil
dos Municípios de Pernambuco

O QUE SE PRETENDE COM O ICCPE??



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

PARA OS PREFEITOS E GESTORES

- **Atendimento à Legislação e às novas normas contábeis;**
- **Informações amplas, precisas e tempestivas para tomada de decisão;**
- **Transparência / Controle Social / Portais;**
- **Aperfeiçoamento dos segmentos de orçamentação, finanças e patrimônio do Ente;**
- **Performance das empresas de contabilidades contratadas;**
- **Levantamentos dos custos dos serviços públicos prestados;**
- **Gestão gerencial por parte do Prefeito e Controle Interno, etc.**

O QUE SE PRETENDE COM O ICCPE??



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

PARA O CONTROLE EXTERNO TCE -PE

- **Segurança de que as informações das Prestações de Contas atendem aos padrões legais e normativos, fidedignidade e consistência;**
- **Taxonomia na receptividade das informações contábeis dos jurisdicionados (Sistema SAGRES);**
- **Mapeamento dos municípios que precisam de capacitação e/ou orientação na área contábil;**
- **Ponto de relatório nas PC's Governo – Auditoria Contábil;**
- **Subsídios para seleção (matriz de risco) de auditorias de acompanhamento nos municípios com níveis de ICCPE baixos;**
- **Encaminhamento ao Conselho de Contabilidade com níveis de ICCpe abaixo do moderado.**

EQUIPE RESPONSÁVEL

- **Maria Elza da Silveira (DCM)**
- **Antônio Felipe Maia (IRMN);**
- **Hugo Ribeiro Leite (DCM);**
- **Luciana Kalil Lage (DICC);**
- **Marcela Lira Barros (estag. DCM);**
- **Murilo da Fonseca Lins (IRMN);**
- **Rostand de Souza Lira (DCM);**
- **Vanessa M. de Albuquerque (estag. GINF)**



Índice de **Consistência e Convergência** Contábil
dos Municípios de Pernambuco

<http://tce.pe.gov.br/iccpe>